JORNAL DE BRASÍLIA 19 NOV 1985

Sarney diz que o pacote ainda não está definido

19 NOV 1985

Eduardo Mamcasz

Foi um jogo de "empurra-empurra" durante todo o dia de ontem, no Palácio do Planalto, em torno do pacote fiscal, na verdade, está sacramentado, dependendo apenas do veredito justamente do pessoal do setor comunicativo, ou seja, preocupado com a imagem do presidente Sarney nas horas seguintes ao anúncio do "elenco de medidas econômicas".

"Eu não posso antecipar essas medidas" — desculpou-se o próprio presidente, na conversa que teve, de tarde, com os jornalistas credenciados no Palácio do Planalto. Ele garantiu que as medidas "ainda não estão definidas", e por isso se esquivou de fazer qualquer antecipação, dizendo que estava impedido por aquele motivo. A pergunta, no entanto, foi mais precisa:

"Presidente, neste fim-de-semana o senhor teve um encontro com o ministro da Fazenda, Dilson Funaro. Nós gostaríamos de saber: aproximadamente, o governo vai enviar ao Congresso Nacional um elenco de medidas econômicas para aprovação pelos parlamentares. Gostaríamos de saber quais os pontos principais, na sua opinião, desse elenco de medidas. E caso seja necessário, o senhor pretende utilizar o decreto-lei para aprovar esse elenco de medidas".

A resposta, não houve, mas sabe-se, por exemplo, que o "pacote fiscal" poderia ser mandado para votação antes da emenda de convocação da Constituinte. Por outro lado, várias das medidas a serem propostas pelo Governo poderão muito bem serem encaminhadas durante o recesso parlamentar, através de portarias, atos ou determinações nos escalões inferiores à Presidência, esvaziando o efeito publicitário.

O ministro da Fazenda, Dilson Funaro, esteve ontem à tarde por duas vezes com o presidente Sarney, mas acompanhando a diretoria do Euro-Latinamerican Bank Ltd (Eulabank), a quem o Brasil deve pouco mais de cem milhões de dólares, segundo o presidente do Banco do Brasil, Camilo Calazans, que também estava junto. O ministro saiu "pelos fundos" do Palácio, ou melhor, pelo elevador privativo.

"Ele mandou dizer que não tem nada para falar hoje, — disse um dos assessores, para justificar a fuga. Mas na audiência de Sarney ao governador do Banco da Inglaterra, Robin Leigh-Pemberton, o presidente disse ao banqueiro que ele teria todas as condições de sair do Brasil com uma análise perfeita da nossa situação, pois estaria "na fonte" das informações, quando estivesse com o ministro.

"Mas o senhor deve também saber que o Brasil não tem somente problemas" — afirmou depois o presidente ao banqueiro inglês, colocado no cargo pela própria Margareth Thatcher. Sarney começou então a citar o início do processo de desenvolvimento econômico, a luta contra a inflação, quando os repórteres foram convidados, por outro assessor, a sairem do gabinete presidencial.

Na semana passada, noutro pequeno indício do pacote, o presidente havia afirmado ao deputado Tidei de Lima, do PMDB de São Paulo, que nenhum assalariado seria penalizado, embora sem definir, como seria o caso, quem não é assalariado no Brasil. Depois, segundo o deputado, o presidente disse que a intenção era buscar o equilíbrio na taxação, como por exemplo na especulação financeira.